



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7929 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 20 - Psicologia da Educação

O ADOECIMENTO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: REALIDADE E SOBREVIVÊNCIA

Alcione Ribeiro Dias - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Vanderlei Braulino Queiroz - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

O ADOECIMENTO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: REALIDADE E SOBREVIVÊNCIA

O contexto educacional atual compõe um cenário amplo de crises e transformações. Nas palavras de Saviani e Duarte (2012, p. 15): “(...) é mais ou menos recorrente o entendimento de que a situação atual é caracterizada, de forma genérica, pela crise de paradigmas”. No projeto neoliberal, a Educação deixa de ser dever da esfera pública e se torna oferta da iniciativa privada. Seu objetivo deixa de ser focado na transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade, de estimular o pensamento crítico e melhorar as condições sociais, para se tornar espaço de formação profissional e atender às necessidades de força de trabalho nas relações de mercado. Saviani (2012) afirma que as formas de produção humana geraram, historicamente, as formas de educação, e essas, por sua vez, influenciaram os processos de transformação do modo de produção correspondente. O neoliberalismo promove uma reestruturação na produção, ainda com heranças do fordismo, com metas impostas e recompensadas, e com mudanças nas relações de trabalho que incluem o mecanismo do trabalho flexível. A sociedade passa a operar com as mais diversas formas de controle: reais, simbólicas e virtuais (ROMAÑA, 2012). O produtivismo gera a precarização do trabalho, o sofrimento dos trabalhadores e um quadro de adoecimento da própria sociedade. Antunes e Praun (2015) acrescentam que, no Brasil dos anos 1990, os impactos da divisão internacional do trabalho foram intensos, pela dinâmica interna de superexploração da força de trabalho e desorganização do movimento de classe, já existente no país, decorrente do período da ditadura (1964 a 1985). Os autores comentam que as mudanças das últimas décadas produziram uma elevação nos índices de acidentes e doenças profissionais, “mesmo que, por conveniência política e econômica, impere a não notificação, que se expressa de forma ainda mais aguda no caso das doenças profissionais” (ANTUNES & PRAUN, 2015, p.

409). Desde meados dos anos 1980, as questões da saúde do trabalhador inseriam-se no âmbito da saúde pública brasileira, e o adoecimento na educação vem se tornando objeto cada vez mais recorrente das pesquisas acadêmicas. Em um primeiro momento, essas pesquisas se preocuparam em estudar essa realidade a respeito dos estudantes, depois sobre professores do ensino fundamental e médio. Algumas pesquisas, como a de Mezzari (2017), têm revelado o alto índice de adoecimento físico e psíquico dos professores. Recentemente, nota-se também a preocupação com a saúde e o adoecimento do(a) professor(a) universitário. Às contradições da relação capital versus trabalho, que fomentam o adoecimento e sofrimento dos docentes, podemos acrescentar aquelas engendradas, “nas singularidades que se processam em cada momento histórico do fazer da profissão na relação com a sociedade, Estado e educação” (FACCI & URT, 2017 p. 10).

O presente estudo congrega resultados parciais de duas pesquisas de mestrado, desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). As pesquisas – Parecer do Comitê de Ética 3.617.838 / outubro de 2019, investigam o adoecimento docente no ensino superior, procurando descrever as múltiplas determinações do adoecimento, analisar o processo histórico de produção do fenômeno, explicar as correlações entre trabalho docente e processo psíquico e identificar os modos de preservação da saúde e de enfrentamento do adoecimento, utilizados pelos docentes. O referencial teórico destes estudos é a Teoria Histórico Cultural de L. S. Vigotski, e o método de investigação se pauta no materialismo histórico dialético. Os resultados parciais, a serem apresentados, são de natureza quanti-qualitativa e referem-se aos dados construídos a partir do estudo de relatórios de afastamento do trabalho de docentes no período de 2005 a 2019, e dos questionários de pesquisa respondidos por 19 docentes da área de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus Cidade Universitária. Trabalhamos com os dados de forma comparativa, por ciclo temporal: 2005/2009, 2010/2014 e 2015 a 2019. No período de 15 anos, foram registrados um total de 3.512 atestados, perfazendo 89.245 dias de afastamento do professor do ensino superior. No período de 2005/2009, foram 19.673 dias; no período de 2010/2014 o número cresceu para 27.006 – crescimento de 37,27%; e no período de 2015/2019 chega-se à marca de 42.566 dias de afastamento – um aumento de 57,62%. No intervalo de 15 anos, o número de dias de afastamento mais que dobrou, registrando aumento de 116,37% em relação à 2005. O maior crescimento aconteceu nos últimos 5 anos – de 2015 a 2019. A média (2,68) de atestados por docente do ensino superior manteve em crescimento linear, próximo a 1% ao ano. O número médio de dias por atestado de afastamento – o tempo de afastamento (25,3) – teve uma redução de 10,98% no período de 2010 a 2014, e a média de dias de LS por professor (68,04) também reduziu de 8,68%. Entretanto, isso não significa uma melhora no quadro de adoecimento. Justifica-se apenas pelo fato de que neste período houve um aumento de 50,34% na frequência de vezes que o professor se afastou ou mesmo no aumento de professores afastados – de 758 para 1169. No período seguinte, de 2015 a 2019, a quantidade de dias de afastamento cresceu em 57,62% e o número de afastamentos passou de 445 para 553, crescimento de 24,27%, indicando um quadro de maior adoecimento.

Os dados referentes aos afastamentos, por si só, não expressam as singularidades – as questões de cada docente em adoecimento ou afastamento. Eles são indicadores que permitem a elaboração de hipóteses mais universais, no âmbito da vivência do docente do ensino superior na Universidade. Dada uma leitura preliminar referente a Licenças por Afastamento de Saúde (LS) dos professores do ensino superior da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), podemos inferir que está acontecendo o fenômeno do adoecimento, em escala crescente de afastamentos. Conforme afirma Léda (2009), sob a ordem do capitalismo flexível e suas formas de dominação, o adoecimento do trabalhador tem se intensificado. Nos questionários, e a respeito da vida singular de cada professor entrevistado, identifica-se a resistência frente aos múltiplos determinantes do sofrimento: as inadequadas condições físicas do local de trabalho, a falta de escuta às suas reivindicações, as extensas jornadas de trabalho

– por vezes não remuneradas, as contradições da atividade e os conflitos interpessoais. Também se evidenciam como fatores de influência na saúde do docente, as políticas num contexto nacional, mais ocupadas com a redução de gastos e as relações mercantis, do que preocupadas com o ensino e com a emancipação humana. No levantamento de motivos de afastamentos do trabalho e medicalização, percebem-se os efeitos nocivos da colisão entre a atividade de ensinar, para humanizar e emancipar, e o modo de produção que escraviza em nome do lucro e do acúmulo. Dessa relação conflitante e contraditória, surge a luta, o enfrentamento, a resistência e o sofrimento físico-psíquico. Essa é uma fotografia parcial do docente, de maneira particular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – vidas singulares, marcadas pelo sofrimento, manifesto em diversas patologias, e por estratégias de enfrentamento, para manter a própria existência e a atividade docente.

A historicidade é um princípio, uma categoria que desnaturaliza as concepções de adoecimento. O resgate da história – da saúde, do ensino superior brasileiro e do adoecimento de trabalhadores e de docentes do ensino superior – nos faz conhecer as dinâmicas social, cultural, ideológica, política e econômica, presentes nas relações humanas no trabalho e no desenvolvimento psíquico. Camargo (2012) alerta para que as discussões sobre a saúde e o adoecimento do docente não fiquem apenas no âmbito da patologização. Vygotski (1934) afirma que o indivíduo só existe como ser social – membro de um grupo social, em um contexto e seguindo o percurso do desenvolvimento histórico – e que a composição de sua personalidade e a estrutura de seu comportamento acaba por se constituir em uma variável dependente da evolução social. A constituição psíquica do ser humano depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas e da estrutura do grupo social ao qual o indivíduo pertence. Estes são fatores interdependentes e decisivos de toda a estrutura psíquica humana. Assim, a natureza influencia o homem e, do mesmo modo, o homem age sobre a natureza, transformando-a e criando outras condições para sua própria transformação – incluso as propriedades do seu psiquismo (MARTINS, 2011). Se o desenvolvimento do psiquismo humano advém da formação da *imagem subjetiva da realidade objetiva*, que cumpre a tarefa de orientar o homem, subjetiva e objetivamente, na realidade concreta, podemos inquirir: como se dá esta influência do mundo de natureza capitalista no ser humano-professor? Como este docente age no mundo, para se apropriar da realidade – reproduzir, transformar e criar condições de sobrevivência e de manutenção de suas funções psíquicas? Estas são algumas das questões que pesquisas como as nossas procuram esclarecer.

Palavras-Chave: Adoecimento docente. Teoria histórico cultural. Psiquismo humano. Enfrentamento do adoecimento. Ensino superior.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

CAMARGO, D. A. F. **O abolicionismo escolar: reflexões a partir do adoecimento e da deserção dos professores**. Dissertação de Mestrado em Educação na Universidade de São Paulo, São Paulo: FEUSP, 2012.

FACCI, M. D. G; URT, S. C. (org). **Precarização do Trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: Edufpi, 2017.

LÉDA, D. B. **Trabalho docente no ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do estado do Maranhão.** Tese de Doutorado em Psicologia Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, L. M. **O Desenvolvimento do psiquismo e a Educação Escolar.** Tese para Livre-docência – Psicologia da Educação do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011.

MEZZARI, D. P. S. **O uso do medicamento pelos docentes e as relações de trabalho: uma compreensão a partir da psicologia histórico cultural.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2017.

ROMAÑA, M. A. Sociedade de Controle e Pedagogia Psicodramática. **Revista Brasileira de Psicodrama**, 20(1), 57-70, 2012.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** São Paulo: Autores Associados, 2012.

VYGOTSKI, L. S. Pensamiento y lenguaje. In: VYGOTSKI, Lev S. **Problemas de la Psicología General – Obras Escogidas** – v. II. (edição dirigida por Alvarez, A. e Del Rio, P.) Madri: Visor, 1993a, p. 11-348. (original de 1934).